



Sob controle da State Grid, CPFL vai reestrear na bolsa

S.A.

Camilla Mala
De São Paulo

A CPFL Energia formalizou ontem a intenção de realizar uma oferta pública subsequente de ações, marcando a reestreia na bolsa ("re-ipo") depois que seu controle foi adquirido pela chinesa State Grid em julho de 2016. A companhia pediu à B3 a extensão do prazo para cumprimento da recomposição do volume de ações

em circulação, a fim de cumprir as regras do Novo Mercado e voltar a ter no mínimo 15% de capital social negociado. Hoje, a empresa tem 5,23% das ações no mercado.

Segundo fontes, a operação deve ser primária e secundária (com emissão de novas ações e venda de ações da controladora).

A State Grid pagou R\$ 27,69 bilhões às ações da CPFL Energia na oferta pública de aquisição de ações (OPA) realizada em 30 de novembro de 2017, quando foi concluída a aquisição da companhia. Na

operação, restaram cerca de 53 milhões de ações na mão de minoritários (a faixa de 5,23%).

Pelas regras do Novo Mercado da B3, o volume de ações em circulação é insuficiente para que a listagem seja mantida. Diante disso, a State Grid tinha duas alternativas pela frente. O re-ipo ou fazer uma nova OPA de saída do Novo Mercado e fechamento de capital, na qual o preço deixaria ser definido pelo chamado "valor justo" das ações. Investidores aproveitaram o momento em

que os papéis da CPFL bateram a mínima de R\$ 17,98 em novembro de 2017 para montar posição na empresa. Como a companhia é uma das preferidas no setor elétrico, eles compraram uma ação considerada de qualidade por um preço "barato".

A aposta era que, numa eventual OPA, o valor justo das ações não seria inferior a R\$ 30. Um motivo para isso era o laudo de avaliação elaborado pelo Banco Itaú a pedido da CPFL no contexto da OPA da CPFL Renováveis, que

chegou a um valor por ação de R\$ 26,80 para a holding pela metodologia de fluxo de caixa descontado. Como as premissas utilizadas eram antigas, a expectativa era de que uma nova avaliação chegaria num valor maior. Ontem, as ações da CPFL fecharam em queda de 0,67%, a R\$ 29,50.

Segundo fontes, esse foi um dos fatores que alusou a State Grid da ideia de lançar a nova OPA. O pedido de um prazo-extra feito à bolsa indica que a nova oferta de ações será feita com ba-

se no balanço da CPFL do primeiro trimestre deste ano, que deve ser divulgado no início de maio.

Pelas regras do Novo Mercado, uma empresa deve manter ao menos 25% do capital social em circulação, ou 15% se o volume médio diário da negociação for igual ou superior a R\$ 25 milhões nos últimos doze meses. A State Grid tinha 18 meses para recompor a CPFL na regra, prazo que terminaria em maio e coincidiria com a janela do primeiro trimestre para a operação.

Meio ambiente Roteiro tecnológico será apresentado em evento em Brasília

Indústria do cimento discute corte na emissão de carbono

Ivo Ribeiro
De São Paulo

A indústria brasileira do cimento pôde em discussão hoje, em Brasília, com o lançamento do Roadmap Tecnológico do Cimento, a proposta para reduzir a emissão de carbono na natureza em quase 35%. O evento, realizado por Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) e Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), tem por objetivo mostrar a situação atual e as tendências futuras.

O Roadmap é um documento que traça a ambição e as diretrizes para contribuir para a redução da emissão de CO₂ na indústria local do cimento em dois cenários. O primeiro estágio vai até 2030 e o segundo até 2050.

Segundo os patrocinadores, es-

te roteiro foi desenvolvido em conjunto com a Agência Internacional de Energia (IEA), Iniciativa de Sustentabilidade do Cimento (CSI) do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), International Finance Corporation (IFC) — membro do Banco Mundial — e um seleto grupo de acadêmicos de renomadas universidades e centros de pesquisa do país, sob a coordenação técnica do professor emérito e ex-ministro José Goldemberg.

O estudo propõe alternativas para reduzir, ainda mais, as baixas emissões de CO₂ da indústria local de cimento, além de identificar barreiras e gargalos que limitam a adoção de políticas públicas, regulatórias, aspectos normativos, e outros, capazes de potencializar a redução das emissões em

curto, médio e longo prazo.

"A indústria brasileira do cimento apresenta um dos menores índices de emissão de CO₂ no mundo, por conta de ações que vêm sendo implementadas nas últimas décadas e queremos continuar liderando esse processo no futuro", afirma Paulo Camillo Penna, presidente do SNIC e da ABCP. Segundo dados dessas entidades, enquanto a produção de cimento aumentou 273% entre 1990 e 2014 (de 26 para 71 milhões de toneladas), a curva da emissão de carbono cresceu 223% no período, uma redução de 18% das emissões específicas — de 700 para 564 kg CO₂ por tonelada de cimento). O projeto vilumbrá chegar a 373 kg CO₂ até 2050.

Como palestrante internacional, foi convidada Claude Loré, diretora da Associação Global de

Cimento e Concreto (GCCA) e especialista em sustentabilidade na indústria do cimento. "O Roadmap do cimento analisa uma série de medidas capazes de acelerar a transição rumo a uma economia de baixo carbono", afirma a diretora. "As soluções aqui apresentadas são realistas, mas com reduções ambiciosas e que só poderão ser alcançadas mediante uma estrutura reguladora de apoio e investimentos efetivos". Afirma. A executiva concedeu entrevista exclusiva ao Valor, por e-mail, na qual detalhou os grandes temas e desafios da indústria global do cimento, bem como do setor no Brasil.

valor.com.br
 Confira entrevista completa com
 Claude Loré no endereço abaixo
www.valor.com.br



Classe: busca de medidas para acelerar transição para economia de baixo carbono